

STJ00118678

Érica Marcelina Cruz

**PRISÃO CAUTELAR
E MÍDIA NO
PROCESSO PENAL**

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0447-1



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 –
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Cruz, Érica Marcelina.
C957 Prisão cautelar e mídia no processo penal /
Érica Marcelina Cruz - Curitiba: Juruá, 2023.
402 p.; 21cm

1. Prisão cautelar. 2. Mídia – Impacto judicial.
3. Processo penal. I. Título.

000031

CDD 345.05 (22.ed)
CDU 343.1

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 GARANTISMO PENAL E A SOCIEDADE MODERNA	19
1.1 GARANTISMO E VERDADE PROCESSUAL.....	19
1.2 DECIDIBILIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	28
1.3 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	39
1.4 SOCIEDADE MODERNA E PODER SOCIAL.....	45
1.5 QUANDO A PRISÃO PROVISÓRIA PODE SE TORNAR “PUNIÇÃO ANTECIPADA”.....	74
2 A SALVAGUARDA DO DIREITO À LIBERDADE NAS DECISÕES JUDICIAIS NO PROCESSO PENAL	83
2.1 PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E GARANTIA DA LIBERDADE DO IMPUTADO-ACUSADO.....	83
2.2 A DECISÃO DO JUIZ NO PROCESSO PENAL DE ACORDO COM AS GARANTIAS PROCEDIMENTAIS.....	95
2.3 A CUSTÓDIA CAUTELAR E AS FINALIDADES DA PENA.....	107
3 A DECISÃO QUE DECRETA A PRISÃO COMO ATO JURÍDICO E SEUS CONSECTÁRIOS NA SOCIEDADE ESPETACULAR	115
3.1 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE COMO PARÂMETRO LIMITATIVO.....	115
3.2 ALTERNATIVAS LEGAIS QUE IMPEDEM A PRISÃO CAUTELAR NO CONTEXTO SOCIAL E ESTRUTURAL DO JUDICIÁRIO.....	117
3.3 O PAPEL DO JUIZ NA DECISÃO SOBRE A PRISÃO CAUTELAR COMO ATO JURÍDICO.....	145
3.4 A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO.....	155

4	A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR E SEU CONTRAPONTO COM A GRAVIDADE DO CRIME	167
4.1	PRISÃO – CONTORNOS INICIAIS.....	167
4.2	PRISÃO EM FLAGRANTE E SUA POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM PRISÃO PREVENTIVA.....	170
4.3	A PRISÃO PREVENTIVA, SEUS REQUISITOS E OS BALIZAMENTOS PARA A SUA DECRETAÇÃO.....	194
4.4	PRISÃO TEMPORÁRIA	251
4.5	O IMPACTO SOCIAL E JUDICIAL DA MÍDIA.....	256
4.6	O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, A OPINIÃO PÚBLICA E A DECISÃO JUDICIAL NA ESFERA PENAL.....	326
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	377
	REFERÊNCIAS	387
	ÍNDICE REMISSIVO	393